

PROGRAMA DE ACÇÃO SÍNTESE

O XII Congresso assume os princípios, objectivos programáticos e regras estatutárias do nosso Projecto sindical construído e desenvolvido com os trabalhadores, numa interpretação colectiva trabalhada pelo conjunto das organizações sindicais e pelos seus milhares de quadros e activistas sindicais, num tempo de luta necessária e de renovação e rejuvenescimento. Este é um Congresso de construção e afirmação de propostas e reivindicações concretas que respondam a um processo político e a uma ofensiva sem precedentes desde o 25 de Abril de 1974, que põe em causa a democracia e a soberania do país, o crescimento e o desenvolvimento económico e que nos está a conduzir a um perigoso retrocesso social e civilizacional.



Apresentamos orientações, caminhos e propostas que visam concretizar o Lema do Congresso e tornar mais forte e interventiva a CGTP-IN no plano nacional, europeu e internacional.



Dezembro 2011

O Lema do XII Congresso, Portugal desenvolvido e soberano-trabalho com direitos, é de uma grande actualidade. As imposições do capital nacional e estrangeiro e das grandes potências europeias, como demonstra o Acordo assinado pelo Governo do PS, com o PSD e o CDS com a Troika e a sua aplicação pelo Governo do PSD-CDS, são determinadas não pelos interesses nacionais, mas sim pelos especuladores financeiros. Prosseguir e intensificar a luta contra esta política, pelo trabalho com direitos, a valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores, enquanto elementos indissociáveis do desenvolvimento da economia ao serviço do povo e do país, é uma prioridade de todo o MSU.



CAPÍTULO 1

POR UM PORTUGAL DESENVOLVIDO E SOBERANO

A dívida pública e privada é, sobretudo, a consequência das políticas seguidas por sucessivos governos que levaram à destruição de grande parte do sector produtivo, à desindustrialização e ao abandono de importantes sectores (agricultura e pescas) que tiveram como resultado o insustentável défice da balança corrente.

Os problemas de Portugal não se resolvem com mais austeridade, com imposição de novos e mais pesados sacrifícios aos trabalhadores e às suas famílias e com a redução do nível de vida, que mergulha o país na recessão económica e social. Esta é uma política de desastre e um programa de agressão aos trabalhadores, ao povo e ao país que urge denunciar, combater e derrotar.

Ao contrário do que pretendem fazer crer há alternativas. A CGTP-IN considera indispensável: a **renegociação da dívida, dos prazos e dos juros; a redução progressiva num prazo alargado do défice do Estado para conciliar a sua redução com o crescimento.**

Para a CGTP-IN, é possível, necessária e urgente uma política que:

- Aponte um **modelo de desenvolvimento** que articule as vertentes económicas, sociais e ambientais;
- Aposte no **aumento da produção** para reduzir as importações e o endividamento e privilegie a elevação do nível de vida dos trabalhadores e das famílias;
- **Reforce o papel do Estado** numa política de desenvolvimento económico e social;
- **Respeite e valorize os direitos dos trabalhadores** e a sua luta nos locais de trabalho e nas ruas, enquanto factor determinante para uma mais justa distribuição da riqueza e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.



CAPÍTULO 2

EMPREGO DE QUALIDADE PARA ASSEGURAR O FUTURO

O país não se desenvolve com: a destruição de postos de trabalho; o trabalho sem direitos; a precariedade que retira futuro aos jovens; os baixos salários; a desregulação dos horários de trabalho; as discriminações no trabalho, nomeadamente entre mulheres e homens; a emigração dos trabalhadores mais qualificados; a não aplicação das leis e o não acesso à Justiça.

Não basta criar empregos. É preciso que estes sejam seguros e tenham qualidade para responder às necessidades dos trabalhadores e ao imperativo do desenvolvimento económico e social do país.

A CGTP-IN valoriza a **Constituição da República Portuguesa e a Agenda do Trabalho Digno da OIT, pelo que exige:**

- A criação de empregos para assegurar o **direito ao trabalho e ao trabalho com direitos;**
- **A estabilidade de emprego** e a luta contra a precariedade;
- **A melhoria dos salários** para uma mais justa repartição dos rendimentos e da riqueza criada;
- **A fixação em 600€ do Salário Mínimo Nacional até 2013;**
- **A organização do trabalho que respeite o princípio de adaptação do trabalho ao ser humano;** Contra o aumento do horário de trabalho;
- **O investimento na formação profissional e a aposta na qualificação;**
- **A efectivação dos direitos legais e contratuais;**
- O acesso de todos os cidadãos à **justiça do trabalho** e uma maior celeridade do funcionamento dos Tribunais.



CAPÍTULO 3

DEFENDER O ESTADO SOCIAL GARANTIR A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS

O Estado Social é uma conquista do 25 de Abril. Constitui um factor de coesão social e uma barreira contra as políticas neoliberais de progressiva mercantilização das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, submetendo-os aos princípios e lógica dos mercados.

Defender o Estado Social é lutar pelo seu fortalecimento com direitos para todos (universalidade) assegurados por contribuições e por impostos, segundo as suas capacidades (impostos progressivos).

Por isso, a CGTP-IN exige:

- **Uma segurança social pública, universal e solidária;**
- **O reforço da protecção dos desempregados;**
- **O aumento das pensões de reforma;**
- **A melhoria da reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais;**
- **O fortalecimento do Serviço Nacional de Saúde;**
- **Uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva;**
- **O acesso aos meios e instrumentos culturais;**
- **A promoção da justiça social,** o combate às desigualdades e a erradicação da pobreza;
- **A justiça fiscal** para promover uma repartição mais justa da riqueza.



CAPÍTULO 4

INTERVIR, ORGANIZAR, LUTAR. DINAMIZAR A CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Prosseguir o sindicalismo de massas, numa perspectiva impulsionadora de transformações sociais progressistas, a partir dos locais de trabalho e emanando para todos os níveis da estrutura, constitui o objectivo central para os próximos quatro anos.

O envolvimento e a participação dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, em torno da defesa dos seus direitos e na exigência de resposta positiva às suas reivindicações, constituem as condições decisivas para construir uma relação de forças mais favorável, de forma a garantir o direito de contratação colectiva, enquanto elemento indissociável do desenvolvimento económico e social.

Para isso, a CGTP-IN assume:

- **A valorização da luta enquanto um instrumento essencial para a valorização e dignificação do trabalho** e a transformação progressista da sociedade;
- **O reforço da acção organizada e da luta reivindicativa nos locais de trabalho;**
- **A promoção de contratação colectiva** como instrumento de defesa e conquista de direitos, no quadro da harmonização social no progresso;
- **A efectivação do direito de negociação**, atribuído constitucionalmente aos Sindicatos; contra a tentativa de substituição dos sindicatos por ditas comissões, em clara violação da CRP;
- **Que todos os trabalhadores sejam abrangidos pela contratação colectiva** e que as convenções sejam actualizadas no sentido progressista;
- **A exigência da retirada das propostas do Governo PDS-CDS** que visam subverter e destruir os alicerces da contratação colectiva, substituindo-os, gradualmente, pela relação individual de trabalho;
- A exigência da **revisão das normas gravosas do Código do Trabalho**, nomeadamente a da caducidade.



CAPÍTULO 5

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL A TODOS OS NÍVEIS

A força dos sindicatos tem a sua raiz nos trabalhadores unidos e organizados nos locais de trabalho, em torno dos seus interesses comuns, e mobilizados para defenderem, promoverem e efectivarem os seus direitos e lutarem por melhores condições de vida e de trabalho.

É nos locais de trabalho que se reforça a base organizada dos sindicatos e se desenvolve a consciência de classe dos trabalhadores.

Para intervir mais e melhor é preciso melhorar a organização a todos os níveis, usar melhor os recursos, preparar os quadros sindicais, dar atenção à informação e comunicação, e cooperar com outras estruturas de trabalhadores.

Neste sentido, vamos:

- Implementar a **Acção Sindical Integrada** (acção reivindicativa; reforço da organização sindical) nos locais de trabalho;
- **Fortalecer a organização sindical nas empresas e locais de trabalho** com o aumento da sindicalização e a eleição de delegados sindicais e de representantes dos trabalhadores para a SST;
- Assegurar uma **CGTP-IN representativa em todos os sectores e regiões** com a descentralização da sua organização e responsabilização de quadros sindicais a partir dos locais de trabalho;
- **Melhorar a organização e intervenção dos quadros sindicais** potenciando a renovação e rejuvenescimento;
- **Garantir mais e melhor formação sindical** para uma intervenção mais eficaz no local de trabalho respectivo;
- **Dinamizar a informação e comunicação sindical;**
- Aprofundar uma adequada gestão dos meios e recursos; a **criação de casas sindicais** e a rentabilização dos quadros sindicais;
- Apoiar e dinamizar as **Organizações Específicas**, como a Interjovem, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens e a Inter-reformados;
- Reforçar a **cooperação com as Comissões de Trabalhadores** e a unidade na acção;
- Reforçar a organização ao nível dos **Conselhos de Empresa Europeus** e dos Conselhos Sindicais Inter-Regionais.





Viva o
XII Congresso
da CGTP-IN!

CAPÍTULO 6

POR UMA EUROPA JUSTA, SOLIDÁRIA E DEMOCRÁTICA

Os trabalhadores e os povos europeus enfrentam uma ofensiva multidimensional, que mina o presente e compromete o seu futuro. Uma ofensiva com uma profunda marca de classe, que agrava a exploração, determina a regressão económica e social, aumenta a dependência externa e a perda de soberania dos Estados a favor do grande capital e das grandes potências.

Dando concretização ao “Tratado de Lisboa”, as novas regras de “governança económica”, incluindo o “Pacto para o Euro Mais”, representam um novo passo na escalada federalista da UE e de favorecimento dos interesses dos mais poderosos, fazendo recair sobre os trabalhadores e os povos os custos de opções políticas erradas e sem futuro.

A ofensiva é brutal mas a resistência, o protesto e a luta organizada dos trabalhadores não pára de crescer e de se alargar a outras camadas das populações, a par do incremento da solidariedade internacionalista, protagonizada pelo movimento sindical europeu e internacional.

A CGTP-IN bate-se pela mudança de rumo da Europa. Para tal, considera indispensável:

- **Uma efectiva cooperação entre estados soberanos e iguais em direitos**, o respeito pelas diferentes realidades e culturas e pela vontade dos povos
- **A convergência real, a coesão económica e social e a harmonização no progresso**, o que implica a ruptura com o actual rumo e a adopção de políticas e medidas que comportem uma opção de verdadeira justiça, progresso social e de não ingerência.
- **Construir e ampliar solidariedades**. Reforçar a unidade na acção e a luta sindical para a mudança necessária

CAPÍTULO 7

A LUTA DOS TRABALHADORES E DOS POVOS POR UM MUNDO DE PAZ E PROGRESSO

O mundo é abalado pelas consequências da mais grave crise do sistema capitalista desde a II Grande Guerra. Uma crise com origem no processo de sobreprodução e de crescente transferência de recursos financeiros para a actividade especulativa e geradora do aumento da exploração, das desigualdades, da pobreza, das tensões e das guerras.

Apesar de assinaláveis progressos, em países e algumas regiões do planeta, mantém-se a negação de direitos básicos a uma parte substancial da humanidade, um ataque sem precedentes a conquistas históricas e ao Direito do Trabalho, riscos ambientais e conflitos que perpetuam o sofrimento de milhões de seres humanos e põem em causa a Paz mundial.

O sistema capitalista responde à sua crise com aumento da exploração do trabalho, com a guerra e a rapina de recursos naturais de outros povos e com sucessivos actos de ingerência em estados soberanos.

Por isso, a CGTP-IN continuará a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral e multilateral com organizações sindicais representativas nos planos nacional, regional e mundial e intensificará a luta:

- **Pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional**, assente na garantia do direito à soberania nacional de cada país e de cada povo, como condição essencial para um desenvolvimento global mais justo e equilibrado
- **Pela Paz e desenvolvimento da cooperação e solidariedade internacional;**
- **Pela construção de uma resposta sindical internacional forte e de classe.**